

**VOZES ECLIPSADAS: HISTÓRIA SOCIAL DE OPERÁRIOS
CEGOS. DA EUFORIA INDUSTRIALIZANTE NO GOVERNO
KUBITSCHEK À RECESSÃO NO OCASO DOS GOVERNOS
MILITARES: 1956 A 1983**

MARCIA CAVENDISH WANDERLEY

O Brasil do governo J. K. vivenciou um grande surto de industrialização e, por conseqüência, promoveu uma crescente urbanização, atraindo de todos os seus cantos e recantos, grandes contingentes populacionais para os novos centros surgidos ou ressurgidos a partir da conjunção destes dois momentos do desenvolvimento econômico e social brasileiro. Convém observar, no entanto, que grande parte dos contingentes populacionais atraídos pelo sonho de uma vida melhor, de melhores salários e, sobretudo, pelo desejo de desfrutar aquilo que a cidade grande lhes pudesse oferecer, como educação para os filhos, saúde, moradia etc., era composto por uma gente analfabeta, semi-analfabeta, oriunda das zonas rurais e/ou periféricas das pequenas e médias cidades brasileiras. Seria um grupo de trabalhadores essencial para a construção das bases fundamentais da indústria nascente, em todo o seu processo de implantação e construção. No entanto, seria uma mão-de-obra cada vez mais seletivamente aproveitada nos momentos seguintes do processo produtivo.

Este fenômeno sócio-econômico tem seu ponto mais efervescente nas décadas de sessenta e setenta. Nele se observa um aproveitamento de vários grupos sociais como mão-de-obra na indústria, a despeito de sua pouca ou nenhuma qualificação técnica e educacional. No caso que aqui nos interessa, apesar de inúmeros exemplos que

poderiam ser listados, tomaremos o caso específico dos homens e mulheres cegos, que viveram a experiência de tomar parte no processo produtivo, mesmo com as limitações físicas, técnicas e educacionais a que estavam sujeitos.

No Brasil, o processo de aproveitamento de mão de obra das pessoas portadoras de cegueira tem início em 1956, na cidade de São Paulo, com a implantação de um setor que compunha a estrutura do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), ligado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Ao SENAI cabia a responsabilidade pela identificação de setores da produção, nos quais existisse compatibilidade do trabalho com a condição de cegueira, bem como de realizar a tarefa de recrutar, treinar e encaminhar os cegos para serem aproveitados como parte do sistema produtivo, ora em grande expansão. No caso específico da Bahia, onde a pesquisa será desenvolvida, a expansão do setor produtivo se dá a partir da primeira metade da década de sessenta e o aproveitamento da mão de obra dos portadores de cegueira ocorre quase que no mesmo passo de tal expansão, uma vez que o Senai de Salvador implanta um setor que funciona nos mesmos moldes daquele que foi implantado em São Paulo.

A pesquisa tem a pretensão de resgatar a memória dos operários que tomaram parte desse momento histórico, uma vez que a sociedade baiana tomava contato com um novo fenômeno. Apresenta-se como parte das transformações produzidas pela expansão industrial e urbana, no Brasil como um todo e na Bahia, em particular, o homem e a mulher cegos, que buscavam ter seus próprios meios de subsistência, tentando fugir do lugar social comum, procurando mudar uma imagem estereotipada formulada em torno do cego, que só o via em duas dimensões: ou sujeitos que, por dotes especiais, poderiam se tornar músicos, advogados; ou aqueles que, sem tais dotes ou recursos, se tornavam dependentes das esmolas e assistências filantrópicas que a sociedade *tão generosamente* lhe pudesse proporcionar.

De acordo com a concepção de memória de Maurice Halbwachs, em *A Memória Coletiva*¹, mesmo um único indivíduo tem sua memória relacionada com o seu grupo de pertencimento; e este tem relação direta com a construção de uma *memória coletiva*. Ainda tomando os operários cegos como referência, dir-se-ia que eles construíram uma *memória coletiva* em torno de sua atuação nas pequenas e médias indústrias que lhes absorveram a mão-de-obra por quase três décadas, a partir das marcas que ficaram nos indivíduos. Assim puderam reconstruí-la para si e para a sociedade, a fim de estabelecer um vínculo com o passado social do grupo.

Recorrendo às formulações propostas por Michael Pollak, quando sustenta a idéia de *enquadramento da memória*, pode-se dizer que os homens e mulheres que participaram daquele momento histórico² estavam construindo uma memória que precisa ser recuperada, a fim de se ter uma melhor compreensão das transformações que sua participação no processo produtivo promoveu, tanto na sua forma de ser e reconhecer o mundo à sua volta, quanto no modo como a sociedade os encarava como indivíduo e como categoria.

"(...) A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, (...), em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis."³

¹ HALBWACHS, Maurice. 1990.

² Convém ressaltar que para os cegos brasileiros, tanto enquanto indivíduos, quanto tomado sob o ponto de vista de uma categoria social, este momento histórico era como um momento inaugural de um processo de mudanças, que alterava a visão social do sujeito portador de cegueira, que já se vinha desenrolando na Europa e na América do Norte, com alguma celeridade e ousadia.

³ POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In. *Estudos Históricos*, 1989, p. 3-15.

Esta memória ao ser recuperada, considerando-se todas as mediações que envolvem tal recuperação, forja uma identidade coletiva, em torno da qual se busca construir uma coesão de grupo. Portanto, identidade coletiva, aqui, está sendo provisoriamente entendida como aquelas conexões sociais que permitem a um grupo de indivíduos se identificar como pertencente a uma determinada categoria: ex-operários de uma determinada fábrica; membros de uma Associação ou Classe. Os cegos aqui evocados são os que pertenceram ao grupo que foi empregado das fábricas periféricas da indústria baiana, cuja mão-de-obra desqualificada e barata fez sua produção seguir seu curso. Mas de certa forma, trata-se de um grupo distinto dos demais operários das mesmas fábricas e, por certo, das outras mais importantes do pólo industrial da Bahia, que se formou no período em questão. Este grupo se identifica, ainda, como aqueles que buscaram suas oportunidades; a busca de seu “direito” ao trabalho; como os que “lutaram” para chegar aonde chegaram. Tomam para si as rédeas de sua vida, bem ao contrário do que parecem pensar os demais participantes da sociedade de então.

Portanto, estes são os principais elementos com os quais se pretende construir e desenvolver a pesquisa. Com eles, quer-se chegar à compreensão da razão que levaria homens e mulheres socialmente desacreditados e tecnicamente desqualificados a pleitearem um lugar no setor produtivo do parque fabril da Bahia; e, na outra ponta do processo, a razão que levaria empreendedores fabris baianos a abrirem espaço (ainda que quase sempre em áreas periféricas), no seu setor produtivo, para abrigar indivíduos que, até então, sob o ponto de vista coletivo, não possuíam senão a experiência dos internatos (institucionais e/ou familiares) e das ruas como mendigos e artistas de feiras e mercados.

Portanto, o trabalho de pesquisa tem o objetivo de construir uma fonte documental a partir dos depoimentos de operários cegos baianos, através da utilização dos métodos e técnicas de história oral, tendo como suporte teórico-metodológico, autores como Paul Tompson, José Carlos Sebe Bom Mehy, Antônio Torres Montenegro, Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, para citar apenas alguns. De posse desta fonte documental, pretendo alcançar objetivos tais como o que se segue:

- Compreender como eclodiu, se desenvolveu e fracassou o processo de aproveitamento dos cegos como mão-de-obra, no surto de industrialização baiano, ocorrido entre a euforia industrializante no governo Kubitschek, 1956 e a recessão no ocaso do governo dos militares, 1983,
- Fazer uma história social dos cegos baianos, verificando como se desenvolveu sua vida de enfrentamentos pela sobrevivência e pela ocupação de uma posição na sociedade, que lhes permitisse o pleno reconhecimento, como pessoas socialmente capazes de produzir bens e serviços.
- Entender qual a relação entre a decisão de aproveitar aquela mão-de-obra desqualificada, como uma nova atitude social e o estabelecimento de mecanismos de controle, subordinação, submissão, silenciamento da voz e cerceamento da vontade, socialmente internalizados, de modo a saber como o homem cego reagiu tanto em relação à primeira, quanto em relação à segunda das atitudes sociais.
- Verificar quais as estratégias que os cegos utilizam para desvencilhar-se dos processos marginalizantes e excludentes que os aprisionam e oprimem social e culturalmente. Identificar como as pessoas cegas vivenciaram o processo de exclusão social que as lançou nas malhas da assistência, da tutela pública ou privada, que as mantinham sob um rígido controle social.

- Compreender como grupo estudado vivenciou a política de aproveitamento dos cegos como mão-de-obra na indústria, sob a euforia do “nacional-desenvolvimentismo”, até 1983, momento em que este aproveitamento entrou em declínio, como desdobramento de uma forte recessão econômica do final dos governos militares, a qual inviabiliza a manutenção de tal política, até então desenvolvida pelos SENAIs.

- Identificar as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos cegos, para se posicionarem e driblarem as dificuldades, diante de uma tendência de empobrecimento, ainda maior, das camadas sociais que não foram dotadas de instrumentos de proteção contra a miséria absoluta, a não ser frágeis políticas assistenciais paternalistas. Estas levadas a cabo por instituições privadas, fortemente lastreadas no assistencialismo varguista, que só funcionavam como represamento das demandas sociais por geração de emprego, distribuição de renda e por condições de vida digna.

-. Identificar e analisar o comportamento social das pessoas não-cegas, em relação àqueles que forcejavam abrir espaço para uma efetiva participação na construção de uma sociedade, onde os cegos pudessem ter novo lugar, função e papel social a desempenhar.

III

CAMINHOS A PERCORRER

A despeito de o desenvolvimento de pesquisas no campo da história social ter despertado o interesse dos historiadores e demais pesquisadores brasileiros, em geral, baianos, em particular, por movimentos, temas e categorias sociais até então marginais à produção do conhecimento das ciências humanas, sobretudo a partir das décadas finais do século XX, é mister que se diga, que ainda há uma grande lacuna na pesquisa

histórica e na produção historiográfica, na construção de estudos e no desenvolvimento de investigações especificamente voltadas para a produção e difusão de conhecimento no campo da história, cujo objeto seja o grupo social formado pelos portadores de cegueira, em sua ação e interação do fazer histórico, nas suas relações com o cotidiano e a sociedade que o marginaliza e exclui.

Nas décadas de 60 e 70, eles entram no mercado de trabalho, desafiam as formulações impossibilitadoras e limitadoras de sua capacidade laboral; mas não conseguem “entrar” na história., ou melhor, não se tornam objeto da história. Por outro lado, nos últimos anos, tem crescido o número de trabalhos de pesquisa histórica, cuja base metodológico/documental repousa nos depoimentos orais, evidenciando a possibilidade de construção de uma memória de indivíduos ou grupos de indivíduos que se encontram à margem dos interesses das pesquisas e da produção historiográficas.

Neste contingente de indivíduos e/ou de grupos de indivíduos, tem-se lançado mão de depoimentos de prostitutas, velhos, retirantes e miseráveis dos flagelos sócio-climáticos e, mesmo de grupos sociais integrados nos interesses das academias, como políticos, jornalistas, sindicalistas, artistas, grandes empresários e líderes comunitários, para construir sua história a partir de novas perspectivas metodológicas e da própria valorização do depoimento como fonte histórica. No entanto, deve-se ressaltar que, os indivíduos cegos, ou o grupo social que formam, mesmo sendo, é bom que se enfatize, oralistas por excelência, ainda não foram ouvidos pela academia e, conseqüentemente, não têm contribuído na construção desta história.

Diversos são os historiadores que têm se inclinado para o uso da história oral em suas pesquisas; assim como diversos e interessantes são os temas levantados e debatidos a partir delas. Mas ainda não se teve notícia de nenhum trabalho de porte, realizado para explorar as várias facetas de uma história social do cego e da cegueira, aproveitando o potencial de sua oralidade. Têm-se observado as publicações resultantes

dos vários encontros e simpósios de história oral. Procura-se entre os trabalhos, artigos, ensaios, mini-cursos ali elencados, um que se reporte à existência de uma preocupação em realizar estudos ou desenvolver pesquisas relacionadas com a questão aqui levantada.

Espero que a pesquisa seja capaz de contribuir neste longo caminho a percorrer, nesta longa história a ser contada.

¹ HALBWACHS, Maurice. 1990.

² Convém ressaltar que para os cegos brasileiros, tanto enquanto indivíduos, quanto tomado sob o ponto de vista de uma categoria social, este momento histórico era como um momento inaugural de um processo de mudanças, que alterava a visão social do sujeito portador de cegueira, que já se vinha desenrolando na Europa e na América do Norte, com alguma celeridade e ousadia.

³ POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In. *Estudos Históricas*, 1989, p. 3-15.